

## **A IMPORTÂNCIA DO USO DE ALGEMAS PELAS AUTORIDADES POLICIAIS**

**Werley Albano dos Santos<sup>1</sup>**

**Michele Cristie Pereira<sup>2</sup>**

### **Resumo**

O presente estudo tem o objetivo de abordar o uso de algemas pelas autoridades policiais. Embora esta prática seja bastante comum nos procedimentos policiais, não havia uma relevância sobre o assunto, poucos artigos de lei no ordenamento jurídico versavam sucintamente sobre a matéria. Com isso, surgiram divergências a respeito desta temática, abordando pontos positivos, negativos e princípios constitucionais contrários e favoráveis. Diante disto, será visto alguns dispositivos legais que possui uma tratativa a respeito, e será analisado a eficácia e os impactos causados na sociedade.

Palavras Chaves: algemas, autoridade, sociedade, eficácia, leis.

### **Abstract:**

The present study aims to address the use of handcuffs by police authorities. Although this practice is quite common in police procedures, there was no relevance on the subject, few articles of law in the legal system dealt succinctly on the matter. With this, divergences emerged on this issue, addressing positive points, negatives and contrary constitutional principles and favorable. In view of this, we will see some legal provisions that have a deal on it, and will analyze the effectiveness and impacts caused in society.

Key words: handcuffs, authority, society, effectiveness, laws

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Direito da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO – Belo Horizonte – 9º período.

<sup>2</sup> Doutoranda em Direito Internacional. Mestre em Direito Empresarial. Especialista em Direito Público. Professora pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

## INTRODUÇÃO

Este artigo vem abordando o uso de algemas feito pelas autoridades policiais. Na rotina policial o emprego de algemas é bastante comum para presos, indivíduos pegos em flagrante delito e em todos aqueles que de alguma forma traga risco. Logo, este hábito policial trouxe alguns questionamentos que serão vistos ao longo deste estudo.

No ordenamento jurídico contemporâneo brasileiro o uso de algemas era expresso somente no Art. 199 da Lei de Execuções Penais que diz: “o emprego de algemas será disciplinado por decreto federal”. Mas, a edição deste decreto ocorreu somente em 26 de setembro de 2016, sob o nº 8.858/16.

Com a demora no surgimento do decreto de lei regulamentadora, o STF editou a súmula vinculante de nº 11, limitando a prática em casos injustificados, o STF baseou-se sobre a argumentação de que fere os princípios da dignidade da pessoa humana e o da presunção de inocência.

O Código de Processo Penal Militar, nos seus artigos 234 e 242, regulamenta a utilização de algemas feita por policiais militares, e neles estão expressas algumas exceções, que em hipótese nenhuma, determinadas pessoas poderão ser algemadas, vale ressaltar se tal procedimento condiz com a segurança.

Com o surgimento da Lei nº 11.689/08 alterou artigos do decreto Lei nº 3.689/41 Código de Processo Penal, referente a procedimentos no tribunal do Júri, dentre essas mudanças o emprego de algemas obteve respaldo.

Entretanto, todos esses dispositivos acima citados estão limitando a utilização de algemas, observa-se que a Constituição preceitua que é dever do Estado à Segurança Pública. Quem exerce esta segurança são as autoridades policiais, daí surge a necessidade de ser observado se tais limitações são prejudiciais para garantir a ordem, portanto, a lacuna e a subjetividade impostas pelos respectivos diplomas abrangem uma ampla interpretação.

Contudo, o presente estudo aborda as divergências existentes, priorizando o bem comum de toda coletividade. Diante disso, observa-se a real necessidade no qual, as autoridades policiais justificam o uso de algemas sem auferir desvantagens, abusos ou expor o suspeito ou acusado a procedimentos vexatórios.

## **1 O que é algemas?**

Algema é o nome de um instrumento, formado por duas argolas de ferro, ligadas entre si, e provida de fechadura, que se coloca nos pulsos ou tornozelos das pessoas. Usualmente é dita no plural, porque sua forma é de duas argolas, que se entrelaçam formando um único objeto. Segundo o Dicionário Aurélio: “Algema. S.f. Cada uma de um par de argolas de metal, com fechaduras, e ligadas entre si, us. para prender alguém pelo pulso.”

A origem da palavra algema vem do Árabe “aljama”, quer dizer a pulseira. Surgiu em 1862, como evolução das cordas e grilhões usados para imobilizar escravos e prisioneiros de guerra.

## **2 Leis que regulamentam o emprego de algemas**

No Brasil surgem inúmeros delitos passíveis de punições expressas no ordenamento jurídico, e nesse contexto observa-se a função do Estado em garantir a ordem pública, exercida pelas autoridades policiais, logo, surgem procedimentos utilizados, dentre eles o uso de algemas.

Na busca pela pacificação social, a polícia sempre exerce suas atividades, no conceito formal de crime, ou seja, trabalha sob a letra da lei, não sendo possível fazer interpretações, por isso, ao deparar com situações não condizentes com as normas, devem intervir e seguir todo trâmite exigido. Constantemente é visto algum indivíduo algemado por agentes policiais, portanto, no ordenamento jurídico brasileiro possui diplomas legais que disciplinam o emprego de algemas, e serão mencionados a seguir.

### **2.1 Lei De Execução Penal (lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984)**

Ao conceituar Execução Penal, Guilherme de Souza Nucci, menciona que: “trata-se da fase do processo penal, em que se faz valer o comando contido na sentença condenatória penal, impondo-se, efetivamente, a pena privativa de liberdade, a pena restritiva de direitos ou a pecuniária”. (Nucci, 2011, pág.997)

Ou seja, esta lei tem como objetivo ditar o trâmite necessário após a sentença penal condenatória transitada em julgado sendo assim, sua aplicabilidade se dá depois do

juízo, com isso ao disciplinar o uso de algemas, presume-se que será somente na fase executória.

Contudo, somente o Artigo 199 da Lei de Execuções Penais tratava sobre tal prática, porém, não conseguia atender as demandas existentes, sendo necessária uma complementação, pois o artigo diz: “o emprego de algemas será disciplinado por decreto federal”, porém, a lei que tal artigo está inserido foi elaborada em 1984, antecedendo a constituição federal de 1988.

Assim, surgiram questionamentos a respeito do uso de algemas, em muitos casos surgiu à indagação de que seria abuso de autoridade por parte dos policiais, portanto o aludido dispositivo tornou-se omissivo por não conseguir regulamentar tal ato apenas exigir complementação.

Portanto, quando tal lei foi criada, não havia tamanha relevância, sendo tratada apenas como um procedimento comum, mas com o desenvolvimento da sociedade, tal prática começou a ser questionada, sendo assim, ensejou debates no âmbito jurídico acerca desse dispositivo, e Guilherme de Souza Nucci diz que:

Por isso, inúmeros governantes, desde 1984, têm simplesmente ignorado o dispositivo neste artigo. Vê-se, com isso, crescer o abuso na utilização de algemas, tornando vexatórias determinadas prisões de pessoas sem maior periculosidade, como também se assiste a fugas risíveis pela falta de uso do instrumento. (Nucci, 2010, pág. 619 e 620).

Porém, recentemente, houve a criação do decreto nº 8.858/16, visando atender ao mencionado artigo 199 da lei de execução penal, no qual, é expressa a necessidade de um decreto federal para disciplinar o emprego de algemas.

## **2.2 Decreto nº 8.858/16**

A criação deste decreto ocorreu em 26 de setembro de 2016, para regulamentar o artigo 199 da lei de execução penal sobre a utilização de algemas. Embora, veio disciplinar o comando de um artigo da lei de execução, o decreto nº 8.858/16 sendo o primeiro a tratar exclusivamente do emprego de algemas, objetiva-se disciplinar a aplicabilidade em qualquer momento, não somente em uma execução. Contudo, esta lei é composta por apenas quatro

artigos, em que expõem as diretrizes motivadoras da elaboração, as hipóteses que restringe e autoriza o uso das algemas.

Mesmo o legislador incumbindo-se de regulamentar esse procedimento, nota-se uma morosidade, visto que, antes da publicação do referido decreto, o STF opinou-se sobre o assunto editando a Súmula Vinculante nº 11, que será analisada ao decorrer deste trabalho.

Sendo assim, neste decreto encontram-se princípios constitucionais norteadores, no Art. 1º, inciso I, diz que:

Art. 1º O emprego de algemas observará o disposto neste Decreto e terá com diretrizes:  
I - o inciso III do caput do art. 1º e o inciso III do caput do art. 5º da Constituição, que dispõem sobre a proteção e a promoção da dignidade da pessoa humana e sobre a proibição de submissão ao tratamento desumano e degradante.

No inciso da Constituição acima citado, são explícitos dois princípios constitucionais de suma importância, que é o da dignidade da pessoa humana e a proibição de tratamento desumano e degradante, ou seja, no emprego das algemas deverão ser observados, para não infligir tais institutos.

A relação do princípio da dignidade da pessoa humana se dá pelas observâncias de que a pessoa submetida ao uso de algemas, não esteja passando por procedimentos desnecessários, pois, o excesso pode caracterizar-se em abuso de autoridade, visto que, tal instituto priva o estado moral e espiritual inerente a pessoa.

Já a proibição de submissão ao tratamento desumano e degradante, implica-se em não submeter à condição deplorável, aquele em que as algemas sejam colocadas, resguardando a integridade física daquele submetido a tal condição.

Ou seja, o uso de algemas não poderá auferir um dano em que retira da pessoa a dignidade, ou as condições aplicadas traga um constrangimento desumano, repugnante, que não condiz com os princípios mencionados.

Sendo mais específico, este decreto abordou ao tratamento dado as mulheres, que estejam cumprindo pena ou que seja necessário o emprego de algemas, e no próprio artigo 1º, incisos II e III, alude que:

II - a Resolução nº 2010/16, de 22 de julho de 2010, das Nações Unidas sobre o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok); e  
III - o Pacto de San José da Costa Rica, que determina o tratamento humanitário dos presos e, em especial, das mulheres em condição de vulnerabilidade.

Nos referidos incisos, os presos obtiveram proteção, pois é muito comum o uso de algemas dentro das unidades prisionais, no transporte de presos ou qualquer procedimento em que terão contato direto com os agentes ou terceiros.

Também, trata-se de acordos e convenções internacionais, no qual o Brasil seja signatário, contudo, respalda-se na condição de vulnerabilidade e peculiaridades inerentes à mulher, visto as necessidades fisiológicas e naturais. Também se tratando das mulheres, no artigo 3º da respectiva lei diz que:

Art. 3º É vedado emprego de algemas em mulheres presas em qualquer unidade do sistema penitenciário nacional durante o trabalho de parto, no trajeto da parturiente entre a unidade prisional e a unidade hospitalar e após o parto, durante o período em que se encontrar hospitalizada.

Esta lei objetivou-se minimizar controvérsias acerca das algemas, nesse enfoque, uniu-se princípios constitucionais, tratados e convenções internacionais, permitindo a utilização nos seguintes casos, de resistência, receio de fuga e perigo a integridade física causado pelo preso ou terceiro como expresso no artigo 2º em que diz:

Art. 2º É permitido o emprego de algemas apenas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, causado pelo preso ou por terceiros, justificada a sua excepcionalidade por escrito.

No mencionado artigo, permite o uso, mas enumera as hipóteses, que deverão ser justificadas por escrito pela autoridade que efetuou o uso, ou seja, será permitido somente nos casos descritos, visando minimizar o excesso de força ou abuso de autoridade.

Em se tratando de resistência, remete-se a reação por parte daquele que será conduzido optar por resistir à prisão, entra em luta corporal ou não estiver seguindo os ditames legais impostos pela autoridade.

Já o fundado receio de fuga, presume-se na tentativa de fugir, o detido querer sair daquela situação, poderá ser ao chegar a alguma repartição pública de segurança, em juízo ou no transporte utilizado para o trajeto.

No perigo a integridade física própria ou alheia, causado pelo preso ou por terceiro, leva em consideração a responsabilidade da autoridade policial para com o preso e terceiros, observando-se o risco deverão zelar pela integridade física, pois poderá haver reação por parte do preso ou de terceiros, nesse entendimento no conteúdo de elaboração da súmula 11 o Ministro Cezar Peluzo, “reconheceu que o ato de prender um criminoso e de conduzir um

preso é sempre perigoso”. Por isso, segundo ele, “a interpretação deve ser sempre em favor do agente do Estado ou da autoridade”.

Sendo assim, torna-se subjetivo o entendimento de que a qualquer momento o conduzido poderá tomar alguma decisão reprovável, agindo no estado de natural, ou até mesmo uma reação da sociedade. Estando algemado, ficará mais fácil resguardar a integridade física do preso e de terceiros, visto que a autoridade terá total controle.

Portanto, o agente possui treinamentos adequados, para lhe dar com diversas situações. Frente às hipóteses que permitem o emprego de algemas, observa-se que necessita de uma ação para que a autoridade tenha uma reação, tornando-se perigoso e até mesmo irreversível se ocorrer algum imprevisto, não podendo prever atitudes alheia.

Vale salientar que, sendo esse diploma específico na regulamentação do uso de algemas, ele não possui nenhuma tratativa acerca da comercialização das algemas, podendo ser adquiridas por qualquer pessoa, pois algemas não é considerada uma arma branca, nem tampouco objeto de uso restrito, podendo ser vendida livremente, para diversas finalidades.

### **2.3 Súmula Vinculante 11**

Súmula vinculante é a uniformização de decisões de determinado assunto, elaborada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), estabelecendo um entendimento a ser seguido, disposto na Constituição Federal no artigo 103-A, que diz:

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

Com a morosidade da criação da Lei nº 8.858/16, o Supremo Tribunal Federal editou a súmula vinculante nº 11 no qual, regulamenta o uso de algemas, a fim de coibir práticas abusivas, tendo como regra a não utilização, sendo usada somente em casos excepcionais mencionado no texto da súmula.

A primazia adotada por este instituto é resguardar os princípios da presunção da inocência ou não-culpabilidade e dignidade da pessoa humana. Na ótica de quem é contrário ao emprego de algemas, tal procedimento estaria ferindo os princípios citados, colocando o algemado em condição desigual.

A presunção da inocência diz respeito que enquanto não houver decisão penal condenatória transitada em julgado todos são considerados inocentes, então não há necessidade do uso de algemas, partindo do pressuposto de que se trata de suspeito. E é previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso LVII, que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Entretanto, a necessidade do uso de algemas se dá pelos perigos existentes, procedimento policial na condução e manutenção da ordem, e isso não retira a condição de inocente, apenas resguarda o preso e terceiros, pois uma das atividades do policial ou agente do estado é manter a ordem, Fernando Capez em seu artigo entende que: .

O emprego de algemas, portanto, representa importante instrumento na atuação prática policial, uma vez que possui tríplex função: proteger a autoridade contra a reação do preso; garantir a ordem pública ao obstaculizar a fuga do preso; e até mesmo tutelar a integridade física do próprio preso, a qual poderia ser colocada em risco com a sua posterior captura pelos policiais em caso de fuga. (Capez, 2008)

A dignidade da pessoa humana reforça o princípio anterior, no que diz respeito ao tratamento adequado, pautado na condição de inocente. Embora, seja constitucionalmente citado, torna-se subjetiva sua interpretação, qualquer conduta não aceita poderá abarcar inobservância. Mas, ao tratar do emprego de algemas serão observados, se a conduta não atentou a integridade física e moral, frente à necessidade e visibilidade do ato.

Muitos criticaram a edição da referida súmula, por acharem que sua edição se baseou em um caso isolado, visto que é expressa a necessidade de casos reiterados. Portanto, após o “habeas corpus” de número 91952<sup>3</sup> concedendo a retirada das algemas no tribunal do júri, e indícios de que tal súmula veio para não utilizar algemas em políticos, grandes empresários, ou seja, aqueles que comentem “o crime do colarinho branco<sup>4</sup>”, diante disso ocorreu à elaboração da súmula vinculante nº 11, que possui a seguinte redação:

---

<sup>3</sup> Na ocasião, o Plenário anulou a condenação do pedreiro Antonio Sérgio da Silva pelo Tribunal do Júri de Laranjal Paulista (SP), pelo fato de ter ele sido mantido algemado durante todo o seu julgamento, sem que a juíza-presidente daquele tribunal apresentasse uma justificativa convincente para o caso

<sup>4</sup> O crime do “colarinho branco” encontra-se relacionado a fraudes, uso de informações privilegiadas, subornos e outras atividades praticadas principalmente por pessoas instruídas culturalmente e financeiramente, e que muitas vezes detêm de cargos políticos ou possuem influência no governo. O termo “colarinho branco” possui essa designação por fazer referência às pessoas instruídas e influentes que



Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Uma peculiaridade é a sanção no caso de inobservância do dispositivo, sendo responsabilidade disciplinar aquela aplicável pelo superior hierárquico, responsabilidade civil diz respeito à reparação do dano e a responsabilidade penal tratando como crime caso o texto não seja observado. Aplicável ao agente ou autoridade que utilizar algemas sem conformidade com a súmula.

Além das medidas acima citadas, a súmula ainda prevê nulidade da prisão ou do ato processual, o que acarretaria uma insegurança jurídica, pois o procedimento irregular em usar as algemas, não poderá eximir o réu ou suspeito de sua responsabilidade, visto que são expressas sanções a quem não observar a redação, logo cada um responderia pelos seus atos praticados.

Mesmo com o surgimento do decreto-lei 8858/16, que disciplina o uso de algemas, a súmula 11 não perdeu sua aplicabilidade, ou seja, sua eficácia é mantida devendo ser respeitada e utilizada sempre que necessário.

## **2.4 Código de Processo Penal Militar**

Decreto-Lei de nº 1002, de 21 de outubro de 1969, este código é aplicável somente nos crimes militares, continuando na temática deste artigo destaca-se a abordagem frente ao emprego de algemas.

Como citado, por se tratar de uma conduta comum na rotina do militar, o referido código vem tratando deste procedimento. Embora a legislação supra possuam essa tratativa, a presente disciplina tão somente os crimes militares, elencados no Código Penal Militar.

Como destacados acima, na legislação brasileira houve uma morosidade ao disciplinar o uso de algemas, portanto neste código continha algumas observâncias a serem seguidas pelos militares, ou seja, outros agentes realmente eram carentes de regulamentação, visto que não são somente os militares que utilizam tal meio.

---

geralmente vestem terno e camisa social, dessa forma, uma caracterização atípica do que geralmente se tem de um criminoso.

Os problemas existentes referentes às algemas são recentes, esse dispositivo de certa forma é arcaico, haja vista que antecede a atual Constituição e outros diplomas que abordam o assunto, por isso que para muitos o único dispositivo que versava sobre era a Lei de Execução Penal.

Muitos não tinham conhecimento desde, por se tratar de um código relacionado a uma classe única, mas ao surgimento de divergências, os artigos relacionados passaram a ser conhecidos.

Tendo como finalidade instaurar a ação penal militar e todos procedimentos a serem seguidos, quando diz respeito à utilização de algemas, presume-se que será em alguém que tenha infligido o Código Penal Militar ou que será submetido a alguma conduta, mas como o Código Penal Militar e Código Processual Militar expressar alguns comportamentos a serem seguidos, poderá aplicar sanções se o militar infligir as normas.

No artigo 234, são expressas as hipóteses que são permitidas o uso de força, porém no seu § 1º aborda o emprego de algemas veja a seguir:

Art. 234. O emprego de força só é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga. Se houver resistência da parte de terceiros, poderão ser usados os meios necessários para vencê-la ou para defesa do executor e auxiliares seus, inclusive a prisão do ofensor. De tudo se lavrará auto suscrito pelo executor e por duas testemunhas.

#### **Emprego de algemas**

§ 1º O emprego de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou de agressão da parte do preso, e de modo algum será permitido, nos presos a que se refere o art. 242. (grifei)

Como em outros dispositivos mencionados, o acima citado deixa como regra o não uso, salvo em justificada necessidade, contudo deixam excluídos todos aqueles elencados nas alíneas do artigo 242, que são:

Art. 242. Serão recolhidos a quartel ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão, antes de condenação irrecorrível:

- a) os ministros de Estado;
- b) os governadores ou interventores de Estados, ou Territórios, o prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários e chefes de Polícia;
- c) os membros do Congresso Nacional, dos Conselhos da União e das Assembleias Legislativas dos Estados;
- d) os cidadãos inscritos no Livro de Mérito das ordens militares ou civis reconhecidas em lei;

- e) os magistrados;
- f) os oficiais das Forças Armadas, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros, Militares, inclusive os da reserva, remunerada ou não, e os reformados;
- g) os oficiais da Marinha Mercante Nacional;
- h) os diplomados por faculdade ou instituto superior de ensino nacional;
- i) os ministros do Tribunal de Contas;
- j) os ministros de confissão religiosa.

Essa ressalva é um pouco controversa, pois esses no qual não poderão ser algemados conforme explícito, mesmo cometendo um crime militar, trazendo riscos à sociedade, ao agente ou com risco de fuga não será permitido.

Mesmo que a justificativa seja em razão da pessoa ou função a de salientar que um desvio de conduta poderá resultar em desordem ou até em desastre. Por isso, agindo conforme as excepcionalidades todos deverão ser algemados.

Haja vista que, diante de inúmeras divergências, atenta-se para o que melhor atenda às necessidades coletivas, ou seja, a autoridade policial que sentir a necessidade poderá tomar as medidas cabíveis com respaldo no artigo 42 do Código Penal Militar que diz:

Exclusão de crime

Art. 42. Não há crime quando o agente pratica o fato:

- I - em estado de necessidade;
- II - em legítima defesa;
- III - em estrito cumprimento do dever legal;
- IV - em exercício regular de direito.

Parágrafo único. Não há igualmente crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

Não obstante, a proibição de algemar os referidos nas alíneas do artigo 242 poderá ocorrer baseada no estado de necessidade e legítima defesa, tendo em vista que o Código Penal Militar abarca essas excludentes, pois o direito coletivo sobrepõe o particular, ou seja, se o uso de algemas for mais benéfico à coletividade deverá ser usada.

## **2.5 Lei nº 11689/08**

Essa lei foi criada para alterar dispositivos do Decreto Lei nº 3.689/41, Código de Processo Penal, referente a procedimentos no Tribunal do Júri, dentre essas mudanças o uso de algemas é regulamentado.

O Código de Processo Penal é de 3 de Outubro de 1941, o que para os tempos atuais se torna limitado devido às mudanças existentes na sociedade, portanto o legislador ciente desse contexto, buscou acompanhar as necessidades, e dentre elas criou a Lei nº 11689/08, que altera os dispositivos referentes ao Tribunal do Júri.

Como acima citado, o emprego de algemas deverá ser evitado. No plenário do Júri também segue essa primazia, salvo em casos excepcionais previstos nesse diploma.

Ao julgar o “habeas corpus” de número 91952, o ministro Marco Aurélio entendeu que o acusado, ao permanecer algemado, estaria em desvantagem, podendo influenciar no julgamento pelos jurados, haja vista que o corpo de jurados são pessoas leigas. Na oportunidade ele diz:

Manter o acusado em audiência, com algema, sem que demonstrada, ante práticas anteriores, a periculosidade, significa colocar a defesa, antecipadamente, em patamar inferior, não bastasse a situação de todo degradante. O julgamento do Júri é procedido por pessoas leigas, que tiram as mais variadas ilações do quadro verificado. A permanência do réu algemado, indica, à primeira visão, cuidar-se de criminoso da mais alta periculosidade, desequilibrando o julgamento a ocorrer, ficando os jurados sugestionados." (HC 91952, Relator Ministro Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgamento em 7.8.2008, DJe de 19.12.2008)

Os textos, no qual possuem uma tratativa sobre o emprego de algemas possuem uma semelhança, a referida Lei não é diferente, restringe a utilização, permitindo somente em casos de necessidade como menciona o § 3º do artigo 474.

§ 3º Não se permitirá o uso de algemas no acusado durante o período em que permanecer no plenário do júri, salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade física dos presentes

Tornando a atitude imprevisível, porque poderá ocorrer tudo na normalidade como em um lapso tudo se transformar em caos, ou seja, os responsáveis pela segurança deveram estar sempre em alertas para agirem antes de qualquer desordem.

Como mencionada a explanação do Ministro Marco Aurélio, referente à desigualdade do acusado se permanecer algemado, nota-se um paralelo ao artigo 478, inciso I que diz:

Art. 478 Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências:  
I- à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado;

Nota-se que, caso o acusado seja algemado a defesa nem a acusação poderá mencionar o ocorrido, no intuito de influenciar, porque devido à circunstância e uma retórica convincente os julgadores poderão tomar conclusões acerca do momento.

Estando algemado, poderá ter sua condenação por ser considerado perigoso, estando livre, ou seja, sem algemas, subentendesse que se trata de uma pessoa tranquila, que não traz riscos, o que poderá trazer um resultado contrário.

Entretanto, ao permanecer sem algemas o acusado a qualquer momento poderá causar um transtorno, ou seja, ao ouvir a sentença e esta não sendo benéfica a ele, por desespero ou descontentamento poderá tomar alguma decisão causando uma desordem no Plenário do Júri.

Com isso, todos os presentes estarão tendo sua integridade em risco, não há como prever a reação humana, estando o acusado algemado de forma que não exponha sua imagem, sendo somente como medida de segurança é mais eficaz do que esperar algum tumulto, pois conforme o artigo 478, inciso I, não é permitido mencionar a condição de algemado para nenhum fim durante os debates.

Ao abordar sobre o uso de algemas em um artigo, Fernando Capez diz que:

Ao defender a ilegitimidade do uso de algemas, uma parcela significativa da sociedade esqueceu-se dos policiais, dos magistrados, representantes do Ministério Público, advogados que, na sua vida prática, se deparam com os presos, os quais, sem esses artefatos, representam grave perigo para a vida e integridade física de tais indivíduos e para a população em geral. (Capez, 2008)

Com essa explanação é de suma importância ressaltar que, todos operadores do Direito, a sociedade estará sobre grave perigo, podendo a qualquer momento ser vítima de uma ação inesperada, ou seja, somente serão algemadas as pessoas que de alguma forma violar a lei e tal violação necessitar de um trâmite legal. Para Francesco Carnelutti:

As algemas, também as algemas são símbolo do direito; quiçá, a pensar se, o mais autêntico de seus símbolos, ainda mais expressivo que a balança e a espada. É necessário que o direito nos ate as mãos. E justamente as algemas servem para descobrir o valor do homem, que é, segundo um grande filósofo italiano, a razão e a função do direito.(Carnelutti, 2012, pág.16)

Diante disso, não pode generalizar os abusos praticados por algumas autoridades ao utilizar as algemas, mas para garantia o controle e a ordem pública, em determinados procedimentos o emprego de algemas se faz necessário.

## CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo abordar a utilização das algemas nos procedimentos policiais. Como demonstrado ao longo deste trabalho, foram citados pontos positivos e negativos, porém o principal ponto a ser analisado foi os impactos causados na sociedade.

No ordenamento jurídico brasileiro não tinha tanta relevância sobre o assunto, pois era um procedimento comum e aceitável por todos, mas ao longo do tempo as evoluções vão surgindo, condutas aceitas passam a serem reprovadas e o sistema jurídico precisa ser reformulado.

Nesse liame percebe-se que os únicos textos que tratavam sobre o assunto eram antecedentes a Constituição Federal. Embora tenham sido recepcionados, são arcaicos e deixaram uma lacuna a ser preenchida, levando em consideração que o surgimento da Constituição foi uma redemocratização.

Mesmo na atualidade tendo diplomas normativos sobre o uso de algemas, nota-se que as redações são um pouco idênticas, com a demora no surgimento de regulamentação, denota-se descaso dos poderes responsáveis em criar normas.

Como a Constituição ficou conhecida, como “constituição cidadã”<sup>5</sup> pelo fato de preocupar-se com a opinião popular e os anseios da sociedade, observa-se em determinados caso o abuso do direito subjetivo, ou seja aplicando princípios constitucionais em favor próprio fazendo com que o interesse particular seja colocado em primeiro plano.

Contudo, nota-se que os argumentos contrários ao uso de algemas ganharam forças. Mas somente aqueles que por descuido ou por ato de vontade, praticaram alguma conduta reprovável ou algum crime expresso no ordenamento jurídico brasileiro.

Portanto, vale ressaltar que as algemas são livremente vendidas, não sendo objeto exclusivo das autoridades, a título de exemplo destaca-se o mercado erótico no qual as algemas são bastante comercializadas com a finalidade de realizar fantasias sexuais.

---

<sup>5</sup> O então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, declarou em 27 de julho de 1988 a entrada em vigor da nova Constituição Federal – apropriadamente batizada de Constituição Cidadã porque era o Brasil, nessa época, um país recém-saído da ditadura militar na qual os princípios constitucionais foram trocados por porções de tortura dos oponentes políticos do militarismo.

Ao analisar os diversos dispositivos citados, é claro que as algemas não poderiam ser livremente comercializadas e utilizadas por qualquer pessoa, visto que as leis em regra proibiram o uso, permitindo em poucos casos, daí nota-se que a proibição é somente em procedimentos adotados por policiais ou agentes do Estado.

A polícia ou agentes de segurança do Estado são devidamente preparados e monitorados para agir em diversas situações, diante disso o emprego de algemas é um ato discricionário desses profissionais, que são devidamente instruídos para utilizá-las. E se houver abusos no emprego de algemas, o agente responsável será devidamente penalizado.

Contudo, ao proibir o uso de algemas é um risco, porque a polícia não possui conhecimento clínico para atestar níveis de psicopatia de nenhum acusado, então a condução dos trabalhos realizados por esses profissionais deve seguir um padrão rigoroso de segurança.

A polícia atua para garantir a ordem pública e a segurança pessoal prevista na Constituição Federal, logo o acusado que encontrar no poder dos agentes do Estado, também deveram obter sua integridade protegida, ou seja, é de responsabilidade dos agentes quaisquer danos causados.

E aquele que se encontra sobre os cuidados das autoridades, estando algemado é mais prático protegê-lo de alguma represália advinda da sociedade, ou proteger a própria sociedade de alguma tentativa de fuga do acusado que poderá pegar um terceiro como refém.

Ao analisar a vida prática dos operadores do direito, em tribunais ou qualquer compartimento público que estão ligados diretamente com presos ou acusados percebem-se os riscos existentes, não podendo negociar a segurança.

Logo, o presente trabalho teve como objetivo abordar os pontos positivos e negativos sobre o emprego de algemas, diante disso analisaram-se a Constituição e as legislações existentes que aborda o emprego de algemas e qual os impactos causados na sociedade.

Portanto, em vista dos argumentos apresentados é notório que o emprego de algemas é essencial, com isso os dispositivos normativos deveriam elencar somente as hipóteses em que as algemas deverão ser retiradas, como por exemplos nas mulheres presas que precisarão amamentar, trabalho de parto.

Dado o exposto, qualquer atitude que visa manter a segurança coletiva deve ser empregada, entende-se que as algemas deverão ser utilizadas, porém toda e qualquer abuso no emprego de algemas deve ser monitoradas e reprimidas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARNELUTTI, Francesco. AS MISÉRIAS DO PROCESSO PENAL – São Paulo/SPVidaLivros , 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. LEIS PENAIIS E PROCESSUAIS PENAIIS COMENTADAS 5º edição, revista atualizada e ampliada- São Paulo- editora: Revista dos tribunais, 2010.

.\_\_\_\_\_. MANUAL DE PROCESSO PENAL E EXECUÇÃO PENAL 8º edição revista, atualizada e ampliada – São Paulo – Editora: Revista dos tribunais, 2011.

Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa- 3º edição revista e atualizada – Curitiba – editora positivo, 2004.

<http://www.dicionarioinformal.com.br/algema/>

<http://origemdascoisas.com/a-origem-das-algemas/>

<http://www.dicionarioetimologico.com.br/algema/>

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=94467>  
acessado 13/05/2017 as 20:44

Publicado por Sérgio Zoghbi Castelo Branco  
<https://sergiozoghbi.jusbrasil.com.br/artigos/111908115/crime-do-colarinho-branco>

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=94467>  
acessado 13/05/2017 as 20:44

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8858.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8858.htm)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) acesso dia 10/05/17 21:42

<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1220>

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1002.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm) acesso dia 11/05/2017 às 19:07

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm) acesso em 10/05/17 as 20:38

<http://www.fernandocapez.com.br/sala-de-imprensa/artigos/a-questao-da-legitimidade-do-uso-de-algemas/> publicado em 26/09/2008 acessado dia 17/05/2017 00:15 horas



[http://istoe.com.br/161883\\_A+CONSTITUICAO+CIDADA/](http://istoe.com.br/161883_A+CONSTITUICAO+CIDADA/) acessado em 25/05/204 19:54 horas.